Uma lucrativa indústria de doenças

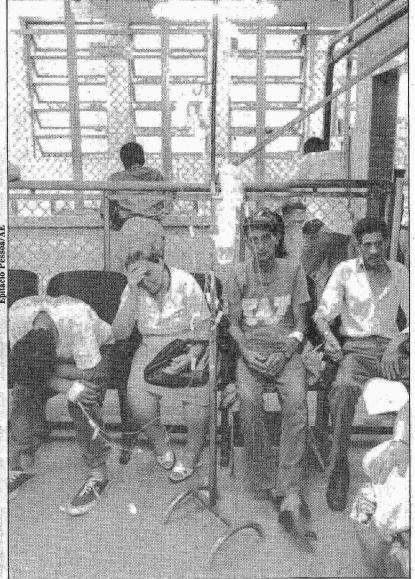
Uma auditoria realizada entre agosto e setembro do ano passado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) detectou 56 tipos de irregularidades cometidas no repasse e aplicação dos recursos por parte dos escritórios regionais do Inamps, secretarias estaduais de saude e municípios. Bram verbas concedidas sem planto de aplicação e cronograma financeiro, repasse de recursos a omissos na prestação de contas anteriores, utilização do dinheiro do Suds em finalidades não previstas no convênio, aplicação no mercado financeiro em contas de terceiros, falta de licitação e iredularidades no pagamento de dessoal, entre outros.

O TCU, no entanto, ainda não tem idéia de quanto dinheiro foi desviado. Em abril de 1988, por exemplo, o secretário estadual da Saúde de São Paulo, José Aristodemo Pinotti contratou sem licitação, por Cz\$ 65 milhões, a empresa Quadros Engenharia e Construções Ltda para reformas no quinto e sexto andares do prédio do Instituto de Saúde sem que tenha ficado configurado o daráter de urgência em que se fundamentou o órgão para dispensar a licitação.

O mesmo nível de omissão, falta de planejamento e desperdício acontece no âmbito dos estabeledimentos de saúde. Médicos e funcionários de hospitais paulistas contam que ninguém na instituição sabe quanto dinheiro existe para ser gasto. Os pedidos de dompra de materiais dependem sempre da atuação de um órgão superior, que intermedia os negódios, tira proveito nas concorrências e ainda tem o poder de boicotar a instituição se tiver interesse.

É por razões como estas que o tospital estadual de Ferraz de Vasconcelos, município que faz parte da Grande São Paulo, já padeceu da falta de luvas e fios de sutura, mas estava com caixas e caixas de soro em estoque, suficientes para vários meses de uso.





Atendida precariamente, a população ensaia, às vezes, algum tipo de protesto. Em vão. A política contaminou o sistema de saúde.

Curiosamente, contam os funcionários, estoques que permaneciam vazios havia meses são repostos de imediato ao primeiro sinal de mobilização ou greve dos trabalhadores da instituição. À incompetência administrativa, alia-se a falta de responsabilidade em todos os níveis. "Ninguém é dono de nada e portanto não cuida de nada", afirma um médico paulista, que trabalhou durante alguns anos num hospital do Inamps gerenciado pelo Estado.

Mercado financeiro

A mesma falta de responsabilidade fica patente quando surgem as denúncias. No emaranhado de atrasos e desvios do dinheiro do Suds, pipocavam acusações de todos os lados. Os estudos culpavam o governo federal pelo atraso e a redução dos recursos. O governo federal afirmava que já havia liberado o dinheiro. Os hospitais particulares contratados pelo Inamps denunciavam as secretarias estaduais por estarem aplicando as verbas no mercado financeiro antes de repassá-las. E estados e municípios acomadaram-se com os repasses federais e deixaram de aumentar seus gastos orçamentários com saúde.

Em outro nível de atuação, hospitais e postos do Inamps —

que após o suds passaram para o gerenciamento dos estados — foram deixados à mingua pela mesma forma de boicote, enquanto os diretores dos estabelecimentos e os chefe dos Escritórios Regionais de Saúde das secretarias estaduais trocavam mútuas acusações de incompetência administrativa e fraude em concorrências e licitações.

Do outro lado do setor, os hos-

pitais privados contratados pelo Inamps, que recebiam com 60 a 90 dias de atraso uma remuneração por serviços prestados e em valores já defasados, decidiramo suspender o atendimento aos seu gurados. Sem escolha, os segurados dos do INPS superlotaram os hospitais estaduais e municipais, sucateados pela falta de investiso mentos e onde a maioria do setoro de enfermagem é composto por atendentes e auxiliares que entraciam no serviço como faxineiros e aprenderam o oficio na prática.

Depósito de doentes

Os serviços públicos viraram, nos últimos anos, depósitos de doentes, onde médicos e funcions nários — os que resistem atuam na base do improviso. As-6 sim, quando uma das pequenas; células doentes deste organismo debilitado procura ajuda, ela vaio a um posto de saúde e não enconti tra médico. Vai ao hospital conni veniado e descobre que precisa, pagar para ser atendida. Enfrenta, então, horas de fila num hose pital para agendar para dali a um mês uma consulta que durarás apenas alguns minutos e terá cosa mo resultado um remédio que ela: não pode comprar ou o pedido de um exame complementar, quei significa novas horas de fila. Po-a de ter o azar, ainda, de estar dianet te de um dos centenas de médicos que se formam anualmente em faculdades de Medicina que nema sequer dispõem de um hospital escola próprio e que talvez erre o diagnóstico.

Se quiser reclamar, esta célula sequer sabe a que órgão se dirigir e quando tenta se informar é confundida com um emaranhado de siglas que designam outros órgãos aos quais deve se dirigir. Talvez chegue a ser atendida. Nessa caso, muitas vezes é para ter a surpresa de ficar internada numa maca no corredor — ou num colchonete no chão — à espera de vagas. Quando a morte não vence a letargia das filas.

in the